

EXCLUSIVO

Num depoimento dramático, um ex-agente do DOI conta como foram assassinados e enterrados os desaparecidos:

"ELES MATAVAM E ESQUARTEJAVAM"

Marival Chaves, ex-sargento do DOI-Codi

Autópsia da sombra

O depoimento terrível de um ex-sargento que transitava no mundo clandestino da repressão militar resgata parte da história de uma guerra suja

EXPEDITO FILHO



Marival Dias Chaves do Canto tem 45 anos, é moreno, musculoso e está bem conservado para a idade. Nascido na Bahia, morou muitos anos em São Paulo e hoje é dono de um modesto negócio em Vitória, no Espírito Santo.

Visto à distância, é um cidadão como qualquer outro. De perto, tem algumas peculiaridades. Chaves, como é conhecido, é um homem tenso, habituado a represar suas emoções. Usa um linguajar que mistura termos policiais e políticos. No seu vocabulário, aparecem com freqüência palavras como "subversivos", para designar os militantes de organizações de esquerda, ou "elemento", quando se refere a uma pessoa

qualquer. Na semana passada, Chaves encerrou uma longa série de depoimentos a VEJA e, nas páginas do seu relato, constata-se que Chaves está mesmo longe de ser um cidadão tranquilo. Ele é o primeiro ex-agente dos órgãos de informação do Exército a contar tudo o que sabe, com os terríveis e esclarecedores detalhes sobre a barbárie dos porões dos anos de chumbo da ditadura militar.

Há mais de uma década, o exsargento Chaves vem amadurecendo sua decisão de falar. Quando ainda transitava pelo ventre da besta, entrando e saindo das masmorras de tortura e gastando horas lendo depoimentos de presos políticos, Chaves preocupava-se em memorizar e anotar detalhes. No mês passado, entendeu que a decretação do impeachment do presidente Fernando Collor mudara o país e, em especial, as Forças Armadas, que se mantiveram na legalidade de meras espectadoras da crise. Resolveu contar tudo. Há duas semanas, chamou a mulher e as duas filhas, de 16 e 18 anos,

para dizer pela primeira vez que atuara na repressão militar. No início, elas reagiram assustadas. Mais adiante, emocionadas, acabaram estimulando sua decisão de falar. Uma de suas filhas havia saído às ruas para pedir o afastamento de Collor, engrossando o movimento dos caras-pintadas e relembrando os anos rebeldes, e só depois soube que o pai participara ativamente daquele período. "Elas acharam que era importante contar tudo para passar essa parte da História a limpo", afirma Chaves. Tinham razão.

VISITA A PONTE — O dramático relato do ex-sargento sobre a vida e morte nos porões não tem a abrangência cronológica dos vinte anos de ditadura, muito menos o peso do relato de alguém que coordenou as ações e, portanto, contava uma visão global do assunto. A partir da derrubada do presidente João Goulart, em 1964, começou a ser deflagrada uma guerra suja e surda no Brasil. Foi menos violenta do que na Argentina, onde houve quase 10 000 desaparecidos. Mas o ciclo da ditadura no Brasil colocou em ação 13 000 militantes de esquerda, distribuídos em 29 organizações que pegaram em armas e outras 22 que optaram pela chamada resistência pacífica. Do outro lado da trincheira, havia pelo menos 400 militares envolvidos diretamente em operações clandestinas. Nesse embate, terroristas assaltaram bancos, seqüestraram e assassinaram. Do outro lado, prenderam pessoas ilegalmente, torturaram e mataram. No total, mais de 4 600 pessoas

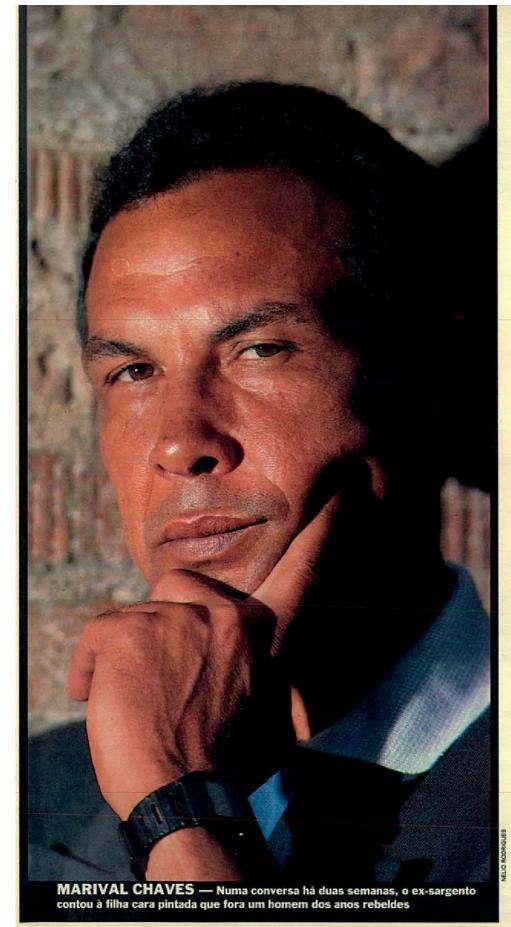
tiveram seus direitos políticos cassados, cerca de 10 000 foram exiladas e, na lista dos desaparecidos, existem 144 nomes.

O depoimento de Chaves é um relato parcial. Sua importância reside em mostrar por dentro, e pela primeira vez, a rotina da repressão política. Cuidadoso, o ex-sargento falou apenas do que tem certeza e calou sobre as dúvidas. Na tarde de sexta-feira da semana passada, chegou a tomar um avião para São Paulo e ir à Rodovia SP 255, que dá acesso à cidade de Avaré, no interior do Estado. Ali, há duas pontes. Chaves queria vêlas para saber de qual delas eram jogados os corpos de presos assassinados (veja quadro às págs. 22 e 23). Estava satisfeito com seu desabafo. "Foi a cúpula militar que se beneficiou com cargos e funções na época da repressão", afirma. "A grande maioria silenciosa queria o Exército profissional, como ele é hoje."

Nos porões, Chaves garante que nunca torturou nem teve envolvimento direto com assassinatos ou



NA ATIVA — Chaves faz a segurança do ditador Leopoldo Galtieri em visita ao Brasil em 1981



44Perdi noites de sono, caminhando pela casa, até resolver sair do Exército. Não era possível agüentar mais a pressão,

ocultação de cadáveres. "Se tivesse feito isso, não estaria dando esse depoimento". diz. Sua missão era avaliar os depoimentos dos presos e cruzá-los com as informações repassadas ao Exército pelos militantes de esquerda que haviam se convertido em informantes. Em 1965, entrou para o Exército, servindo no Arsenal de Guerra em São Paulo. Três anos mais tarde, já sargento, teve o primeiro contato com atividades de informação. "Ficamos sabendo que a Vanguarda Popular Revolucionária, do capitão Carlos Lamarca, estava pintando um caminhão com as cores das Forças Armadas para usar numa ação terrorista", relembra Chaves. Depois de fazer cursos de operação na selva, Chaves foi para o Destacamento de Operações de Informações, o DOI, chefiado pelo coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Começava seu convívio com o porão.

PEDIDO DE DEMISSÃO — O ex-sargento Chaves trabalhou no DOI paulista até 1976. Dali, mudou-se para Imperatriz, no Maranhão, onde servia num Batalhão de Infantaria da Selva. De Imperatriz, passou por Manaus até ser destacado para servir em Brasília, no Comando Militar do Planalto, em 1980. No ano seguinte, Chaves passou para o Centro de Informações do Exército, que comandava as operações do porão. Nessa época, chegou a ser destacado para fazer a segurança do então ditador da Argentina, Leopoldo Galtieri, durante uma visita ao Brasil. Em 1985, tomou uma decisão rara na caserna. Pelos trâmites burocráticos normais, encaminhou uma correspondência pedindo sua demissão do Exército. "Foi duro. Perdi noites de sono, caminhando pela casa, até resolver que não era mais possível suportar aquela pressão", conta. Com sua demissão, Chaves renunciou a mais de vinte anos de sua carreira militar e perdeu todos os benefícios que recebem os militares quando passam para a reserva. Se tivesse permanecido, seria capitão. Hoje, Chaves é um ex-sargento, com a vantagem de que não pode ser punido pelas suas revelações.

A lei da barbárie

Num relato sobre a selvageria do porão, o ex-sargento conta como eram mutilados, esquartejados e ocultados os corpos de presos políticos



Há um ano, o editor Expedito Filho conversou pela primeira vez com o ex-sargento Marival Dias Chaves do Canto, que trabalhou dezessete anos como agente do Destacamento de Operações Internas, o DOI-Codi, em

São Paulo, e do Centro de Informações do Exército, em Brasília. Há três semanas, Chaves, especializado em análise de informações, decidiu enfim revelar tudo o que sabe sobre prisão, tortura, assassinato e desaparecimento de cadáveres de presos políticos. Foram mais de vinte horas de entrevista, cujos principais trechos são publicados a seguir:

VEJA — Como eram mortos os presos políticos?

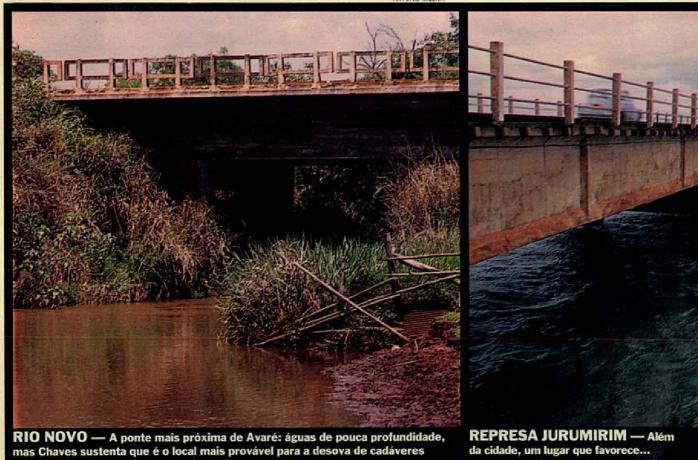
CHAVES — Sei que em São Paulo alguns morriam na tortura. Os que resistiam eram liquidados pelos agentes da repressão política com uma injeção usada para matar cavalos de até 500 quilos. A injeção era aplicada na veia do preso político, que morria na hora. Quem já assistiu a uma cena dessas sabe que é uma das coisas mais grotescas e repugnantes que se pode fazer a um ser humano. Eles matavam e esquartejavam. Agentes que estiveram numa casa mantida pelo Centro de Informações do Exército em Petrópolis, no Rio de Janeiro, me contaram que os cadáveres eram esquartejados, às vezes até em cator-

ze pedaços, como se faz com boi num matadouro. Era um negócio terrível. Eles faziam isso para dificultar a descoberta e a identificação do morto. Cada membro decepado era colocado num saco e enterrado em local diferente. A casa de Petrópolis foi onde o Centro de Informações do Exército mais matou presos e ocultou cadáveres. Os militantes detidos em diversas regiões do país eram enviados dos Estados diretamente para Petrópolis.

VEJA — Quantas casas de tortura e morte eram mantidas pelo Centro de Informações do Exército?

CHAVES — Do final da década de 60 até o início dos anos 70, havia uma casa no

NTONIO MILE



bairro de São Conrado, no Rio. Depois, por razões de segurança, mudou-se o centro de tortura e morte para Petrópolis. Eram levados para lá os presos condenados à morte, mas alguns conseguiram sobreviver. Em 1972, o II Exército, em São Paulo, montou os seus centros clandestinos de tortura e assassinatos. Durante um curto período, o Destacamento de Operações de Informações, o DOI, utilizou um sítio na região sul de São Paulo. Ali foram assassinados Antônio Bicalho Lana e a sua companheira Sônia Moraes, ambos da Ação Libertadora Nacional, a ALN.

VEIA - Mas a versão oficial é de que Lana e Sônia teriam morrido durante um tiroteio...

CHAVES - É mentira. Eles foram torturados e assassinados com tiros no tórax, cabeça e ouvido. Os cadáveres foram colocados no porta-malas de um carro e levados até o bairro de Santo Amaro, na Zona Sul de São Paulo. Ali, encenou-se a farsa do tiroteio para simular a morte deles.

VEJA - Depois de abandonar esse sítio, o Destacamento de Operações de Informacões abriu outro em São Paulo?

44Os que resistiam eram liquidados com uma injeção para matar cavalos de até 500 quilos, aplicada na veia

CHAVES - Sim. Era uma época de matança febril. No final de 1973, o DOI usou uma casa no bairro do Ipiranga, na Zona Sul de São Paulo. Nesse período montou outro centro clandestino na estrada de Itapevi. Entre 1965 e 1966, funcionou ali uma boate chamada Querosene, que pertencia ao irmão do então subtenente Carlos, fundador da Operação Bandeirantes, a Oban. Só em 1975, por questões de segurança, o cárcere de Itapevi foi substituído por uma fazenda, na beira da Rodovia Castello Branco, a 30 quilômetros de São Paulo. A fazenda era de

um amigo do major do Exército André Leite Pereira Filho.

VEJA - Como eram equipados os centros de matança?

CHAVES - Eles tinham as coisas de uma casa normal, além dos aparatos de repressão. Nas casas do Ipiranga e da estrada de Itapevi, havia até grilhões para acorrentar os pés e as mãos dos presos às camas e a blocos de cimento.

VEIA — A ocultação dos cadáveres era uma operação improvisada ou havia algum plano?

CHAVES - Matar subversivos era uma atividade altamente profissional. Nas casas de São Paulo, havia uma equipe especializada na ocultação dos cadáveres. Os agentes sabiam exatamente o que fazer. Primeiro, amputavam as falangetas dos dedos, para evitar que os mortos fossem reconhecidos através das impressões digitais. Depois, amarravam as pernas para trás, de forma que o corpo ficasse reduzido à metade, e esfaqueavam a barriga. O esfaqueamento era para evitar que o corpo, se fosse jogado num rio, viesse à tona algum tempo depois. Eles também colocavam o corpo dentro de



BONFIM -Preso no Rio de Janeiro e morto em Itapevi



VELOSO — Banho frio e choque térmico no inverno de 1975

O cemitério submerso do PCB

Uma das duas pontes da estrada SP 255 nas imediações de Avaré, a 260 quilômetros de São Paulo, passa por cima de um cemitério subaquático. Segundo o sargento Marival Chaves, pelo menos oito integrantes do Partido Comunista Brasileiro, o PCB, tiveram seus corpos atirados nas águas do Rio Novo, onde ele acha que o local é mais parecido com as descrições que ouviu de colegas, na época, ou da Represa Jurumirim, cuja profundidade favorece esse tipo de operação. Chaves indica 70% de chances para o Rio Novo. Todos esses mortos integravam o comitê central do PCB. Luís Inácio Maranhão Filho e João Massena Melo, presos em 1974, foram os primeiros. Os outros morreram até 8 de outubro do ano seguinte, quando foi levado a Itapevi Orlando Rosa Bonfim Júnior, o último do partido a desaparecer. O advogado Bonfim tinha 60 anos. Vivia escondido, longe da mulher e dos seis filhos, desde 1964. Foi preso no Rio de Janeiro e conduzido para o sítio de Itapevi. O cardeal dom Eugênio Salles cobrou seu paradeiro do então comandante do I Exército, general Reinaldo Melo de Almeida. Em vão. O caso de transferência para São Paulo não foi único. Em 25 de maio, já havia sumido no Rio o sapateiro Itair José Veloso, de 45 anos. Saiu para um encontro e não voltou para o almoço. Morreu de choque térmico, sob tortura. Segundo Chaves, também foram atirados ao rio os corpos de Elson Costa, Hiram de Lima Pereira, José Montenegro de Lima e Jayme Amorim de Miranda.

...operações para ocultação

de cadáveres: oito mortos

O centro clandestino de execuções

Na Estrada da Granja 20, em Itapevi, município da Grande São Paulo, há uma casa cujo interior é pintado de cores fortes, com predominância do vermelho e do preto. Tem uma sala pequena, uma cozinha e um salão grande. Ela abrigou por alguns anos a boate Querosene. O Exército foi o inquilino seguinte, e transformou-a num centro de torturas e execuções. Passaram pela casa de Itapevi integrantes do PCB cujos corpos seriam depois atirados num

rio próximo de Avaré. O jornalista Luís Inácio Maranhão Filho, responsável pela distribuição de dinheiro para militantes do partido, chegou a Itapevi em abril de 1974. Terceiro na hierarquia do partido, o advogado Jayme Miranda foi morto sob tortura na casa em 1975, enquanto seu irmão Nilson, secretário-geral do PCB em Porto Alegre, era interrogado no bairro do Ipiranga, em São Paulo. Nilson, no entanto, nega a prisão. "Não fui preso no Ipiranga", diz.

TERREUGS

CORRETOR MARED AFTERING SAMA TERRES AND THE SAME TERRES

CASA DE ITAPEVI — Por dois anos, o Exército alugou a boate Querosene, onde agentes torturavam e matavam militantes do PCB



MARANHÃO — Responsável pelo dinheiro do Partidão, chegou à casa de Itapevi em 1974



MIRANDA — Era o terceiro na linha de comando comunista. Foi morto sob tortura em 1975

um saco e amarravam-no numa placa de concreto, de 40 a 50 quilos, para garantir que o corpo ficaria no fundo do rio.

VEJA — Há dezenas de famílias que até hoje não sabem onde encontrar os corpos dos seus parentes. O senhor tem idéia de onde eram enterrados?

CHAVES — Tenho. Boa parte dos mortos não está sob a terra, mas sob a água. Se alguém fizer uma busca no rio debaixo de uma ponte que fica na estrada que liga a cidade de Avaré, no interior de São Paulo, à Rodovia Castello Branco, poderá achar muitos corpos. Existe ali um cemitério debaixo d'água.

VEJA — O senhor sabe identificar alguns desaparecidos que estejam no rio de Avaré? CHAVES — Conheço a identidade de oito deles, todos do Comitê Central do Partido

eram esquartejados, como se faz com um boi no matadouro, para evitar a identificação?

Comunista Brasileiro, o antigo PCB. Boa parte deles caiu nas mãos da repressão durante a Operação Radar.

VEJA — O que foi essa Operação Radar?
CHAVES — Foi uma grande ofensiva do
Exército, iniciada em 1973, para dizimar o
PCB. A Operação Radar culminou com a
apreensão da gráfica do jornal Voz Operária, do PCB.

VEJA — Foi nessa operação que parte do Comitê Central do PCB foi capturada?

CHAVES — Sim, e depois jogada no rio de Avaré. É o caso de Hiram de Lima Pereira, interrogado em Itapevi, e de Luís Inácio Maranhão Filho, preso em São Paulo em 1974. Levado para Itapevi, Maranhão Filho morreu com a injeção para matar cavalo. João Massena Melo é outro. Também está no rio e morreu com a injeção para cavalo. Orlando Bonfim Júnior, da cúpula do PCB, está no rio de Avaré. Bonfim foi preso no Rio pelo Destacamento de Operações de Informações de São Paulo e levado para o cárcere na Rodovia Castello Branco. Outro

que está no rio é Elson Costa, assassinado em 1975. Ele era o encarregado da seção de agitação e propaganda do partido. Na casa de Itapevi, foi interrogado durante vinte dias e submetido a todo tipo de tortura e barbaridade. Seu corpo foi queimado. Banharam-no com álcool e tocaram fogo. Depois, Elson ainda recebeu a injeção para matar cavalo. O corpo de Itair José Veloso também foi jogado da ponte. Ele foi preso no Rio, pelo DOI de São Paulo, Era o inverno de 1975 e o que o levou à morte foi banho de água gelada. Morreu de choque térmico.

VEJA — Por que o DOI de São Paulo fazia prisões no Rio?

CHAVES — Durante a Operação Radar, o DOI de São Paulo passou a fazer uma série de operações no Rio de forma absolutamente clandestina e ilegal. O Rio não era área de jurisdição do DOI de São Paulo.

VEIA — Como era a rivalidade entre os órgãos de informação do Exército, da Marinha e da Aeronáutica?

CHAVES — Existia uma rivalidade grande entre o Centro de Informações do Exército e o Centro de Informações da Marinha, o Cenimar. O Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica, o Cisa, chegou a juntar-se ao Exército numa campanha contra os arapongas da Marinha. Era uma confusão,

VEIA — Voltando ao rio de Avaré. O senhor falou em oito nomes, mas contou só seis.

CHAVES — Um é Jayme Amorim de Miranda, também preso na Operação Radar, numa das incursões do DOI de São Paulo ao Rio. Foi transferido para Itapevi. Seu irmão Nilson Miranda, que era secretáriogeral do PCB de Porto Alegre, estava preso no Ipiranga. Um não sabia onde estava o outro. O Nilson sobreviveu. O último corpo que sei ter sido jogado da ponte é o de José Montenegro de Lima, mas esse é um caso especial.

VEIA - Especial por quê?

CHAVES — Porque mostra que dentro dos órgãos de repressão também havia uma quadrilha de ladrões. Logo depois da invasão da gráfica do Voz Operária, Montenegro recebeu do partido 60 000 dólares para recuperar uma estrutura de impressão do jornal. Uma equipe do DOI prendeu Montenegro, matou-o com a injeção, e depois foi na sua casa pegar os 60 000 dólares. O dinheiro foi rateado na cúpula do DOI.

VEJA — Até agora o senhor falou de gente presa no Rio e levada para São Paulo. E no sentido inverso?

Um local para formar cachorros

No início dos anos 70, o Exército criou em São Paulo um centro para cooptar cachorros, como eram chamados os militantes de esquerda que viravam informantes do porão. A casa fica na Avenida Tereza Cristina, número 58, no bairro do Ipiranga, e recebia presos políticos que assinavam contrato com o Exército para agir como infiltrados. Não há registro de mortes nesse local. A casa foi erguida há quarenta anos pelo funcionário público João Copia e, em 1960, in-

cluida na herança de Dorazzina Perego. Juventino Gusmão, genro de Dorazzina, conta que o imóvel foi alugado entre 1968 e 1976 para um pequeno empresário que ele conheceu apenas como Jarbas. Jarbas saiu devendo vários aluguéis, mas construiu um muro que os proprietários interpretaram como investimento de um homem preocupado com a segurança pessoal. "Se houve tortura lá dentro, nunca foi de nosso conhecimento", afirma Gusmão.



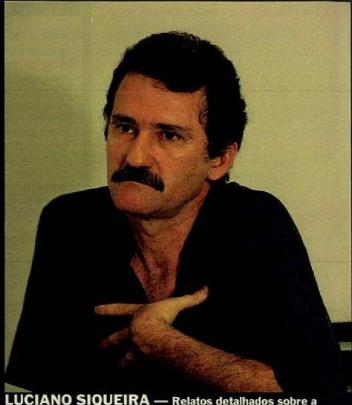
ÁREA DE ADESTRAMENTO — A casa em São Paulo para onde o Exército levava presos políticos para convencê-los a virar infiltrados



OBRA DO INQUILINO — O locatário não tinha dinheiro para pagar o aluguel, mas chegou a construir um muro em frente da casa



TEODORO MELLO — O agente Vinícius, que permitiu ao Exército desarticular e prender a cúpula do PCB



atuação dos parlamentares do PC do B eleitos pelo PMDB

CHAVES — Também havia. É o caso de Issami Okano, da ALN, e de Walter de Souza Ribeiro, do PCB. Também morreram em Petrópolis David Capistrano (pai do candidato à prefeitura de Santos pelo PT, David Capistrano Filho) e José Romam, ambos do PCB. O major Brand chefiava a equipe que os prendeu. Capistrano foi levado para o Rio. Ambos foram mortos em

Petrópolis, onde a prática de ocultação dos corpos era através do esquartejamento. Foi o caso também de Ana Rosa Kucinski e seu marido, Wilson Silva. Foram delatados por um cachorro, presos em São Paulo e levados para a casa de Petrópolis, Acredito que seus corpos também foram despedaçados.

VEJA - O que eram os "cachorros"?

CHAVES — Era assim que chamávamos os infiltrados. Os militantes de grupos de esquerda que colaboravam com a repressão, contando os planos das suas organizações e delatando seus companheiros.

VEJA — O senhor coordenava os cachorros?

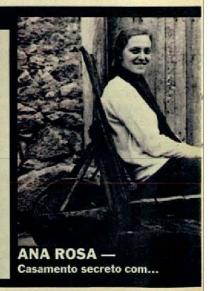
CHAVES - Não. Meu trabalho consistia

Extorsão na busca da irmã

Seis meses antes de ser assassinada em Petrópolis, em 1974, a professora Ana Rosa Kucinski Silva, de 32 anos, encontrou o irmão Bernardo em São Paulo pela última vez. Ana insistiu para que Bernardo Kucinski tomasse cuidado com represálias aos artigos que escrevia para o jornal Opinião, do qual era correspondente na Inglaterra. Confidencioulhe que estava casada com o físico Wilson Silva, com quem namorava em segredo há cinco anos. Kucinski imaginou que ela escondia o romance porque seu pai, Majer, era judeu e não aceitaria um genro não judeu. O jornalista voltou para Londres sem que Ana lhe contasse a parte mais importante da história. Ela era militante da Ação Libertadora Nacional, a ALN, assim como o marido Wilson.

Ana era a caçula e única

mulher entre os três filhos do polonês Majer. Gostava de teatro e psicologia, adorava a escritora francesa Simone de Beauvoir e "nunca leu os manuais de marxismo", segundo Kucinski. Foi vista pela última vez em 22 de abril de 1974, na Universidade de São Paulo, onde lecionava Química. O governo só se manifestou sobre o desaparecimento depois de um ano, dizendo que o casal não estava preso em de-



JOÃO HENRIQUE — Golpe fatal na ALN, Ação Libertadora Nacional, e responsabilidade por vinte mortes

Delatores a serviço do Exército

Os órgãos da informação das Forças Armadas chamavam de "cachorro" os militantes de esquerda que espionavam para o Exército. Em geral, eram respeitados nas suas organizações, mas assinavam um contrato com os órgãos de repressão e agiam como infiltrados. Segundo o ex-sargento Marival Chaves, o dirigente comunista do PCB Severino Teodoro de Mello adotou no porão o codinome de "Vinícius". Mello tem hoje 72 anos, é dirigente do PPS, o herdeiro do PCB, e nega envolvimento com a repressão. Chaves diz que as informações de Mello, no início dos anos 70, permitiram ao Exército dizimar o Comitê Central do PCB.

Segundo Chaves, o médico Luciano Siqueira, do Comitê Central do PC do B, era secretário-geral do partido em Pernambuco quando virou informante, em 1973. É acusado de delatar e, eleito deputado estadual em 1982, relatar a ação dos parlamentares do PC do B que disputavam eleições pelo PMDB. Siqueira nega as acusações. Outro que fez história no Exército foi o pediatra João Henrique de Carvalho, o "Jota", de Brasília, infiltrado na Ação Libertadora Nacional, a ALN. Era tão eficiente que chegou a ser citado como informante modelo. Os militares o seguiam nos encontros com militantes que depois eram exterminados. Suas delações, a partir de 1973, podem ter levado vinte pessoas à morte. "Não me arrependo", diz. Mello e Siqueira viraram cachorros depois de presos e torturados. João Henrique se entregou espontaneamente.

em fazer a análise de informações. Eu lia os depoimentos de presos políticos tomados sob tortura e examinava as informações enviadas pelos nossos infiltrados no PCB, na ALN, no PC do B e na VAR-Palmares. Também fazia coleta de dados, investigações, vigilância e escuta telefônica. Quem coordenava os cachorros era um oficial. Tivemos o doutor Patrício e o

doutor Jairo, que conheço só pelos codinomes

VEJA — O senhor conheceu algum infiltrado?

CHAVES — Conheci vários. Severino Teodoro de Mello, do PCB, João Henrique Ferreira de Carvalho, o "Jota", da ALN. Sabia também de três infiltrados do PC do

B. Eram o Luciano Rosa de Siqueira, o advogado Hamilton de França e o médico Fiúza de Mello. Todos trabalhavam para o Exército.

VEJA — Como se convencia esses militantes a fazerem espionagem para o Exército?

CHAVES — Não havia um modelo. Teodoro de Mello, por exemplo, foi preso em 1974 e levado para Itapevi. De lá, foi transferido para outro cárcere, na cidade de São

Paulo. Depois de interrogado, ele assinou um contrato de trabalho e recebeu uma importância em dinheiro. Não me lembro quanto.

VEJA — Como foi a cooptação de Luciano de Sigueira, do PC do B?

CHAVES — Luciano virou cachorro numa operação do Centro de Informações do Exército em Pernambuco, que visava desmantelar a Ação Popular, a AP, e o próprio PC do B. Nessa operação, ele foi preso, torturado e virou infiltrado. Em 1977, quando o general Sylvio Frota foi demitido do

...um militante da Ação Libertadora Nacional

pendências militares. Em busca da irmã, Kucinski viajou até para Nova York, onde entrou em contato com a CIA. Certa vez foi extorquido e pagou 25 000 dólares a militares em troca de informações. Eram falsas. "Enquanto o corpo não é encontrado, a família não consegue se livrar do sentimento de culpa e faz qualquer coisa para saber o que aconteceu", diz Kucinski.

falangetas,
amarravam as
pernas e
esfaqueavam a
barriga. O corpo
não vinha à tonay

A masmorra dos esquartejados

Na aprazível cidade serrana de Petrópolis, no Rio de Janeiro, o Centro de Informações do Exército instalou no início dos anos 70 um centro de tortura e exterminio. Era uma casa de paredes claras, três quartos, sala, copa e cozinha, para onde eram enviados os presos condenados à morte. Segundo o ex-sargento Marival Chaves, era comum os mortos ali serem cortados em vários pedaços, embalados em sacos e enterrados em lugares diferentes.

Romeu é uma das raras sobreviventes da casa de Petrópolis. Em três meses de cárcere, Inês foi atendida quatro vezes pelo médico Amilcar Lobo. Numa delas para costurar o pulso, que cortara tentando suicídio. Segundo Chaves, líderes esquerdistas passaram pela casa de Petrópolis. Ele sustenta que o deputado Rubens Paiva morreu ali e teve seu corpo esquartejado. Preso no sul do país e levado para lá, o comunista David Capistrano também morreu nessa casa.

A ex-terrorista Inês Etienne nessa casa.

CONDENADOS À MORTE — A casa em Petrópolis recebia líderes esquerdistas que deviam ser interrogados, mortos e esquartejados



RUBENS PAIVA — Pedaços do deputado foram enterrados em locais diferentes



CAPISTRANO — Preso no sul, foi levado para a casa de Petrópolis

Ministério do Exército, o Centro de Informações do Exército abandonou todos os cachorros e só restabeleceu contato com eles em 1982. Participei desse recontato, que foi chefiado pelo Paulo Malhães. Não estive pessoalmente com Luciano, mas sei que ele morava no bairro Janga, próximo a Olinda, Pernambuco.

VEJA — Que tipo de informação os cachorros passavam?

CHAVES — O Luciano Siqueira fez várias tarefas. Foi ele quem permitiu a prisão de muita gente da AP e do PC do B no Nordeste. Em 1982, quando o PC do B estava lançando candidatos a deputados pelo PMDB, ele fez relatos detalhados sobre essas reuniões. Quando estava em São Paulo, participando de reuniões do partido, ele era coordenado pelo coronel Ênio da Silveira. Já o Teodoro de Mello, do PCB, foi quem elucidou uma série de dúvidas durante a Operação Radar. Ele ajudou a identificar muita gente que só conhecíamos pelo nome de guerra. Com isso, descobrimos que era gente graúda, da direção do partido. Mello foi um divisor de águas. A partir de suas informações, foi possível prender, torturar e assassinar vários comunistas.

VEIA — O CIE dava algum tipo de proteção aos cachorros?

CHAVES — Claro. Às vezes até os companheiros dos cachorros se beneficiavam disso. Dou um exemplo. O Alanir Cardoso, expreso político, até hoje diz que Luciano Siqueira não era infiltrado porque não contou que tinha um encontro com Alanir marcado para o dia seguinte à sua prisão. Só que se prendêssemos Alanir ficaria evidente que Luciano era um infiltrado.

VEJA — Mas não havia segurança direta para os cachorros?

CHAVES — Havia. Em 1975, Teodoro de Mello viajou acompanhado por uma equipe de agentes do Destacamento de Operações de Informações, chefiada pelo coronel Énio da Silveira, até Rivera, no Uruguai. Fiz contato pessoal com Mello durante o trajeto. Sozinho, ele poderia ter problemas com autoridades no sul, já que era procurado por toda parte.

VEJA — Não seria mais prático deixar Mello no Brasil?

CHAVES — Ele tinha de sair do país porque nessa fase o PCB estava sofrendo muitas baixas em função da repressão. Era perigoso que ele continuasse no Brasil. Ele era infiltrado do Destacamento de Operações de Informações e poderia ser preso por um outro órgão, como o Cenimar, da Marinha, ou o Dops. Na Argentina, ele se encontraria com o dirigente comunista Ar-

mando Ziller e depois iria para a União Soviética. Em Moscou, trabalhou como secretário de Luís Carlos Prestes, secretáriogeral do partido, e chegou a mandar de lá cartas para o coronel Ênio da Silveira, relatando os planos dos dirigentes comunistas brasileiros.

VEJA — Havia algum cachorro que trabalhasse tão bem a ponto de servir como modelo?

CHAVES — Sim, o João Henrique de Carvalho, o "Jota". Ele deu o tiro de misericórdia na ALN e em outras organizações que tinham ligações com a ALN. Por seu trabalho, Jota era citado pela antiga Escola Nacional de Informações como modelo de infiltrado.

VEJA — Jota contribuiu diretamente para a morte de alguns de seus companheiros?

CHAVES — Sem dúvida. A delação dele permitiu a eliminação de pelo menos umas vinte pessoas. Ele é responsável pela morte de Antônio Bicalho Lana e sua mulher, Sônia Moraes. Também delatou Issami Okano, da ALN. A partir de 1973, Jota delatou todos os comandos da ALN. Foi por causa do seu trabalho que Wilson Silva e sua mulher, Ana Rosa Kucinscki, foram presos, torturados e mortos.

VEJA - O senhor tem alguma informação

44Montenegro foi morto com a injeção. Depois, agentes do DOI foram a sua casa para roubar os 60 000 dólares?

sobre a morte do jornalista Wladimir Herzog, em 1975?

CHAVES — Quem pode esclarecer tudo sobre a morte de Herzog é o major André Leite Pereira Filho. Ele era o chefe das equipes de interrogatório, inclusive da que matou Herzog.

VEJA — O senhor sabe o paradeiro do exdeputado Rubens Paiva?

CHAVES — Ele foi levado por um destacamento do I Exército para a casa de Petrópolis, onde o mataram. Usaram o método de cortar o corpo aos pedaços e enterrar em locais diferentes.

VEJA - Mas Amilcar Lobo, o médico do

Exército que costumava tratar dos torturados, garante que atendeu Rubens Paiva no quartel da Polícia do Exército do Rio de Janeiro...

CHAVES — A ex-guerrilheira Inês Etienne já desmentiu Amilcar Lobo. Ele pode ter visto Rubens Paiva vivo na Polícia do Exército, mas ele morreu em Petrópolis. Todo mundo sabe que Amilcar Lobo atendia os torturados na casa de Petrópolis. Além disso, duas pessoas participaram do episódio Rubens Paiva: os irmãos Jacy e Jurandyr Ochsendorf e Souza.

VEJA — É verdade que alguns desaparecidos foram enterrados numa fazenda em Rio Verde, no interior de Goiás?

CHAVES — Márcio Beck Machado e Maria Augusta Thomaz, ambos do Movimento de Libertação Popular, o Molipo, foram mortos e enterrados numa fazenda de Río Verde. Grupos de direitos humanos estavam próximos de chegar ao local onde eles estavam enterrados. Mas o Centro de Informações do Exército soube da atividade dos grupos de direitos humanos e, através do major Leite Pereira, montou uma equipe para desenterrar os cadáveres e sumir com os corpos. Só o major pode dizer onde os dois estão hoje.

VEJA — Há muita mentira sobre o destino de presos políticos?

A confirmação do fim no aniversário do neto

O comunista potiguar Hiram de Lima Pereira foi perseguido por quase todos os governos brasileiros ao longo da sua vida, mas quando desapareceu, em janeiro de 1975, aos 61 anos, sua familia pensou pela primeira vez no pior. Dirigente do PCB, ex-secretário de Administração de Miguel Arraes na prefeitura do Recife, Hiram Pereira vivia separado da mulher, Célia, das quatro filhas e dos seis netos para resguardá-los no caso de ser alcançado pela repressão. Em 1974, passou o Natal com a familia e marcou três encontros com Célia, e avisou: "Se eu não aparecer, manda rezar a missa". Faltou ao primeiro e, perto do segundo, a casa de Célia foi invadida por cinco homens que a levaram para o DOI-Codi, onde foi torturada. Ainda assim, a familia só se convenceu de que Hiram não voltaria quando faltou ao terceiro encontro, no dia 27 de janeiro, aniversário de 3 anos do neto Hiram.

Isso nunca acontecia. Em 1964, escondido no Recife, Hiram apareceu sem avisar no trabalho da filha Zodja só para cumprimentá-la pelo 18º aniversário. Seis anos depois, já em São Paulo, chegou de surpresa ao casamento da filha. Como ninguém o conhecia na cidade e o resto da familia ainda morava no Recife, os noivos eram os únicos que sabiam que aquele homem, a pes-

soa mais alegre da noite, era seu pai. "Ninguém entendia por que eu me emocionava tanto com ele", relembra Zodia.

Jornalista, poeta e artista,



HIRAM — Convidado secreto no casamento da própria filha

Hiram foi eleito deputado constituinte em 1945 pelo PCB. Dois anos depois, o partido foi colocado na ilegalidade. Em 1961, foi seqüestrado pela polícia e ficou detido durante dez dias, depois da renúncia de Jânio Quadros. Em 1965, caiu na ilegalidade. Conseguiu sobreviver dez anos. Desde 1975, segundo o ex-sargento Marival Chaves, seu corpo está no fundo de um rio, em Avaré. Zodja diz que já quiseram lhe contar quem dedurou seu pai. Mas ela não está interessada. "Não quero carregar o sentimento de raiva pela vida que meu pai fez questão de doar ao país."



O CARRASCO VERSATIL — André Leite Pereira Filho era o chefe da equipe que interrogou o jornalista Wladimir Herzog, em 1975. Nessas horas, alternava os papéis, ora como homem bom, ora como torturador implacável

CHAVES — Acho que nunca se mentiu tanto nem se cometeu tanta atrocidade. Há inúmeros exemplos. A repressão fez noticiar que João Batista Franco Drumond, do PC do B, morrera num atropelamento. Mentira. Ele morreu no Departamento de Operações de Informações do II Exército. Foi torturado, escapou da segurança, subiu numa torre de transmissão e de lá voou para a morte. Eduardo Leite, da Ação Libertadora Nacional, foi preso em 1970 pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury e ficou na casa da morte de São Conrado. Depois, foi transferido para São Paulo e assassinado. Para despistar, fizeram um teatrinho.

44Rubens Paiva morreu em Petrópolis. Participaram do episódio os irmãos Jacy e Jurandyr Ochsendorfy **VEJA** — O que eram esses teatrinhos?

CHAVES — O preso morto era levado para um local público, onde equipes do DOI simulavam um tiroteio com mortes. Na hora de levar o "corpo" para o IML, faziam-se as substituições. O agente que se fingiu de morto era substituído pelo corpo do preso. No IML, o legista Harry Shibata e outros legalizavam a morte em combate.

VEJA - Não havia entre os agentes algum

comentário de repúdio a essa matança, alguma indignação?

CHAVES - Pelo contrário. Os comentários eram ufanistas. No caso da prisão de Antônio Bicalho Lana houve vibração. Na repressão existiam dois tipos de pessoa. O primeiro, com vocação para matar, inspirado pelo ódio. O outro, não tinha vocação para o crime, mas estava impregnado pela doutrina da segurança nacional. Esses matavam por

achar que estavam salvando o país do comunismo.

VEJA — Como o senhor se sentia diante disso?

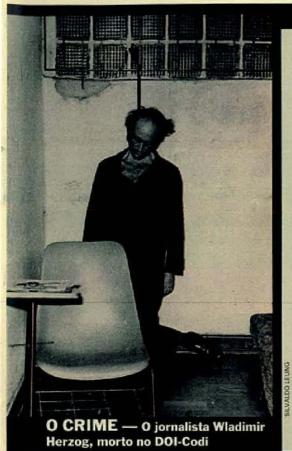
CHAVES — Muito mal. Cheguei a passar muitas noites sem dormir. Mas procurava levar uma vida normal. Anotava alguns relatos em folhas de papel e ficava pensando no dia em que contaria tudo. Eu era um homem acuado. Não tinha amigos e não

Prisão no café da manhã

Na manhã do dia 15 de janeiro de 1975, o responsável pela área de agitação e propaganda do PCB, Elson Costa, de 62 anos, foi tomar o café no bar ao lado de sua casa, no bairro de Santo Amaro, em São Paulo. De chinelo e bermuda. nem se preocupou em trancar a porta. No bar, seis homens lhe deram voz de prisão. Alguns vizinhos ameaçaram protestar. Para eles, Elson

Costa era o aposentado Manoel de Souza Gomes.
"Não se metam porque isso
aqui é problema de contrabando", avisou um dos supostos policiais. Segundo o
ex-sargento Marival Chaves, Costa foi assassinado
e seu corpo jogado no rio
de Avaré, em São Paulo,
em 1975.

Um ano antes, Costa mandou a mulher, Aglaé, morar com parentes em Goiânia. Sua prisão foi informada aos irmãos no



A história do jornalista Waldimir Herzog, o Vlado, é o caso mais conhecido entre os de presos políticos mortos nos porões da ditadura militar. Em marco deste ano, o ex-carcereiro Pedro Antônio Mira Grancieri contou ter sido o último a interrogar Vlado, no dia em que ele apareceu morto numa cela do DOI-Codi de São Paulo, 25 de outubro de 1975. Segundo o ex-agente de informações Marival Chaves, Grancieri cumpria ordens do então tenente-coronel André Leite Pereira Filho, que chefiou as equipes que faziam interrogatórios entre 1972 e 1975. "Ele pode responder pela morte de Herzog", afirma Chaves. Pereira Filho alternava dois papéis, o de torturador implacável e o de bonzinho, quase cúmplice do preso.

Versátil, Pereira Filho era batido em dedicação pelo coronel Ênio Pimentel da Silveira. Discípulo do delegado do Dops Sérgio Paranhos Fleury, Silveira acabou superando seu mestre. Prisões, tortura, escuta telefônica, interceptação postal, mortes, ocultação de cadáveres

e outras variedades de ações ilegais faziam dele um dos oficiais mais respeitados do órgão. O coronel foi um dos fundadores da Operação Bandeirantes, a Oban, financiada por empresários de São Paulo, e desarticulou alguns dos principais grupos de esquerda. "Ele foi um dos líderes na montagem dos cárceres privados", afirma o ex-agente Marival Chaves. Com problemas familiares, Silveira suicidou-se com dois tiros no coração em 1986. Chaves destaca outro nome de importância entre os mais temidos chefes no esquema clandestino de tortura e morte, o do coronel Fred Perdigão, do Centro de Informações do Exército. Elo de ligação com o Destacamento de Operações de Informações, Perdigão fazia a transferência de presos de São Paulo para a casa de horrores de Petrópolis, no Rio de Janeiro, e controlava seu próprio canil de infiltrados em grupos de esquerda.

podia desabafar sequer com minha mulher. Ao acordar, enfrentava a mesma rotina. Era um horror.

VEJA — Como se comportavam os que comandavam a repressão? Eram pessoas violentas no dia-a-dia?

CHAVES — O coronel Ênio da Silveira era extremamente violento. Para ele, a doutrina de segurança nacional estava acima de qualquer coisa. Ele tinha curso de todos os níveis na área de informação. Com os comandados, era até gentil. Mas quando queria, era duro e enérgico. Suicidou-se em 1986. O coronel Paulo Malhães, que chefiava contatos com os infiltrados, rezava pela mesma cartilha. Ele esteve no Chile, onde interrogou e torturou brasileiros e chilenos. Já o coronel Fred Perdigão, que pertencia ao Centro de Informações do Exército desde a sua época de capitão, tinha influência suficiente no porão para viver levando presos de

São Paulo para Petrópolis. Ele participou do desaparecimento de Ana Kucinski e Wilson Silva.

VEJA — Havia um pacto de silêncio entre matadores e torturadores?

CHAVES — Depois de cada caso, na hora do almoço, e durante viagens em quartos de hotel, os agentes comentavam o que tinha ocorrido. As conversas eram simuladas e ninguém dizia claramente: eu matei.



COSTA — Torturado, seu corpo foi jogado no rio da Estrada de Avaré mesmo dia. "Começamos a procurá-lo horas depois", lembra Zailda Souza, uma das irmãs de Costa, que até hoje o chama pelo codinome "Maneco". Com Aglaé, ela tentou encontrar o irmão no DOI de São Paulo. "Quando perguntamos do Elson, um coronel respondeu que o Exército também estava procurando por ele", conta Zailda, "que era melhor que a gente o encontrasse primeiro."

Dias depois, quando Aglaé denunciou à imprensa o desaparecimento, dois homens foram procurá-la às 5h30 da manhã. Aglaé tinha viajado. Durante meses, a família atendeu a telefonemas com voz de homem que pediam para falar com Elson Costa. "Queriam dar a impressão de que ainda o procuravam", diz Arnaldo de Souza, marido de Zailda.

Há um ano, quando o governo do Paraná abriu os arquivos do Dops local, a familia encontrou a única referência ao seu desaparecimento. Na ficha de Elson Costa constava que ele teria sido sequestrado por companheiros do PCB. Cinco anos depois do sumiço de Elson, a família obteve na Justica um atestado de morte presumida. "Sempre tive um pouco de esperanca de que ele podia aparecer vivo", diz Zailda. "Depois desses anos todos, é triste ter de parar de acreditar nisso."

Uma pesquisa para a História

A verdadeira história da guerra suja entre terroristas e setores das Forças Armadas durante os governos militares começou a ser contada em 1979, quando ganhou corpo a primeira fase do projeto Brasil: Nunca Mais. Em 500 rolos de microfilme, o projeto reuniu os mais dramáticos depoimentos já feitos sobre a realidade dos porões do regime militar, com incontestável procedência. Todas as narrativas sairam de 707 processos de presos políticos em auditorias militares, numa pesquisa que vasculhou mais de 1 milhão de páginas de documentos oficiais. O projeto rendeu doze volumes, dos quais dois foram publicados pela editora Vozes. Eles transcrevem depoimentos de esquerdistas, identificam torturadores e listam os nomes dos desaparecidos.

O ex-sargento Marival Chaves aparece no Brasil: Nunca Mais como um dos encarregados de fazer diligências contra o grupo terrorista VAR-Palmares. Chaves fez do primeiro volume desse trabalho seu livro de cabeceira. À margem de cada página, anota a lápis nomes e codinomes de torturadores e presos políticos que identifica. Um dos principais responsáveis pelo projeto *Brasil: Nunca Mais*, o pastor presbiteriano Jaime Wright, irmão do deputado Paulo Stuart Wright, assassinado em 1973, tomou conhecimento de detalhes da entrevista do ex-agente do DOI. "É a primeira vez que um ex-agente da repressão resolve contar o que sabe em detalhes", observa o pastor. "Isso tem um valor inestimável para a História."

Para o ex-militante da Aliança de Libertação Nacional Paulo Vanuchi, outro dos maiores responsáveis pelo Brasil: Nunca Mais, a entrevista pode abrir novos caminhos para familias que não conhecem o destino de seus mortos. "É um relato impressionante", afirma. Vanuchi acredita que, a partir do depoimento de Chaves, a Comissão dos Desaparecidos da prefeitura de São Paulo, coordenada por Suzana Lisboa e Ivan Seixas, pode pedir uma investigação oficial nos rios onde Chaves afirma terem sido jogados os corpos de vários desaparecidos. "Se apenas um osso for encontrado, já será um passo no caminho da verdade", diz Vanuchi.



VANUCHI — "Um único osso será um passo para a verdade"

VEJA — Nenhum agente ameaçou sair do Exército e contar tudo?

CHAVES — O sujeito que durante a repressão tentasse se afastar corria o risco de ser justiçado. Um agente, que conheço só pelo codinome de "Júnior", foi afastado da seção de investigações por tentar extorquir dinheiro do jornalista Bernardo Kucinski, irmão de Ana, em troca de informações sobre o paradeiro dela. A seção de investigação pensou em justiçá-lo porque ele disse que iria procurar a Comissão de Justiça e Paz de São Paulo para denunciar fatos sobre a subversão.

VEJA — Por que o senhor resolveu falar?

CHAVES — As atividades de combate à subversão aos poucos foram me dando nojo, enjôo, náuseas, vômitos, tudo que você pode imaginar. Eu via as coisas acontecerem, discordava e não podia me manifestar. O regulamento disciplinar do Exército era muito rígido. Existia ainda a norma geral de ação, que impedia o integrante do órgão de informação de se manifestar ou discutir uma ordem. Se deixasse de cumprir, ocorriam punições e, em seguida, a pecha de contrário à Revolução de 64. Não fui formado para esse tipo de atividade. Fui cooptado e quan-

do acordei estava envolvido. O próprio sistema procurava comprometer os envolvidos. O medo da repressão era muito grande. Eles criavam símbolos na própria força para mostrar que ninguém poderia reagir. Matar o capitão Carlos Lamarca, por exemplo, foi questão de honra. Por isso, da mesma forma que eu, muita gente acabou ficando, apesar de discordar. Em 1985, senti que era hora de me afastar porque os governos militares tinham chegado ao fim. Era a hora de me afastar sem me comprometer.

440 major André
Leite Pereira Filho
era o chefe da
equipe que matou
Herzog. Ele pode
responder pela
morte de Herzog?

VEJA — O senhor acha que não se comprometeu?

CHAVES — Se tivesse matado alguém não faria este depoimento. É claro que meu trabalho, e aí faço mea-culpa, contribuiu muito para causar esses males. Há pessoas honestas que participaram da repressão e não concordavam com aquela violência insana. Mas até hoje não têm coragem de contar o que sabem, que a única lei do porão era a barbárie.

VEJA — O senhor se considera um democrata?

CHAVES — Nosso país só será grande vivendo uma profunda democracia. Eu estive dentro dos porões da repressão e sei o que uma ditadura sangrenta significa. E espero que esse depoimento contribua para o aprimoramento da democracia.

VEJA — Se uma entidade de defesa dos direitos humanos o procurar para falar sobre desaparecidos, o senhor irá colaborar?

CHAVES — Estou disposto a ajudar em todos os sentidos. Quero prestar um serviço ao país.